

“Se estiveres em êxtase diante de Deus e um faminto bater à tua porta, deixa o Deus do êxtase e vai atender o faminto. O Deus que deixas no êxtase, é menos seguro do que o Deus que encontras no faminto”. John Ruysbroeck, (1293-1381)



Declaração da ilegalidade da pobreza na ONU

O escandaloso aumento dos níveis de pobreza no mundo, tem suscitado vários movimentos em prol da erradicação desta chaga na humanidade.

No dia 9 de maio realizou-se um ato académico, na Universidade Nacional de Rosário, promovido pela Cátedra da Água, um departamento da Faculdade de Ciências Sociais, coordenado pelo Prof. Anibal Faccendi, sob a forma de uma Declaração sobre a ilegalidade da pobreza. Tive ocasião de participar e de fazer o discurso de motivação. O objetivo é conquistar apoios do congresso nacional, da sociedade e de pessoas de todo o continente, para levar esta petição às instâncias da ONU, a fim de lhe conferir a máxima validade.

Já anteriormente, no dia 17 de outubro de 1987, havia sido criado por Joseph Wresinski, o Movimento Internacional ATD (Atuar Todos para a Dignidade), que incluía o Dia Internacional da Erradicação da Pobreza. Este ano será celebrado no dia 17 de Setembro, em muitos países que aderiram ao movimento.

A Declaração de Rosário vem reforçar este movimento, fazendo pressão sobre os organismos mundiais da ONU, a fim de que a fome seja, efetivamente, declarada ilegal. A Declaração não pode quedar-se apenas no seu aspecto declaratório. O seu objetivo é poder desencadear nas várias instituições, nos países, nos municípios, nos bairros, nas ruas das cidades, nas escolas, mobilizações para identificar as pessoas que vivem, quer na linha da pobreza extrema (viver com menos de dois dólares e sem acesso aos serviços básicos), quer as que vivem em pobreza simplesmente, as que sobrevivem com pouco mais de dois dólares e com acesso limitado às infra-estruturas, à habitação, à escola e a outros serviços mínimos de humanização. E organizar ações solidárias que os retirem desta premência, com a participação deles.

Já em 2002, Kofi Annan, antigo secretário geral da ONU, havia declarado numa forma bastante dura: "Não é possível que a comunidade internacional tolere que, praticamente, metade da humanidade tenha que subsistir com dois dólares diários ou ainda menos, num mundo dono de uma riqueza sem precedentes.

Efetivamente, os dados são aterradores. A OXFAM, uma ONG que articula muitas outras em vários países, e que se especializou no estudo dos níveis de desigualdade no mundo, apresenta todos os anos os seus resultados, cada vez mais assustadores. Geralmente a OXFAM vai a Davos, na Suíça, onde se encontram os maiores ricos egoístas do mundo. Costuma

apresentar dados que os deixam constrangidos. Este ano, em janeiro de 2017, os seus representantes revelaram que oito pessoas (e a maior parte delas estava lá presente, em Davos) detêm uma riqueza equivalente 3,6 mil milhões de pessoas. Quer dizer, cerca de metade da humanidade vive em situação de penúria, vítima quer da pobreza extrema, quer da simples pobreza, lado a lado com a mais aviltante riqueza.

Se lermos estes dados com sensibilidade afetiva, como eles devem ser vistos, dar-nos-emos conta do oceano de sofrimento, de doenças, da morte de crianças ou da de milhões de adultos, estritamente em consequência da fome. E, então, perguntamos: que é feito da nossa solidariedade mínima? Não estaremos a ser cruéis e desapiedados para com os nossos semelhantes, para com aqueles que são humanos como nós, que sentem desejos de um mínimo de alimentação saudável como nós? Removem-se-lhes as entranhas ao ver os filhinhos e filhinhas incapazes de dormir com a fome, ao verem-se eles próprios obrigados a engolir em seco pedaços de comida, recolhidos nas grandes lixeiras das cidades, ou fruto da caridade das pessoas, ou dalgumas instituições (geralmente religiosas) que ainda lhes oferecem algo que lhes vai permitindo sobreviver.

A pobreza geradora de fome é assassina, uma das formas mais violentas de humilhar as pessoas, maltratar-lhes o corpo e ferir-lhes a alma. A fome pode levar ao delírio, ao desespero e à violência. Aqui, vem a propósito recordar a doutrina antiga: a extrema necessidade não conhece lei, e o roubo em função da sobrevivência não pode ser considerado crime, porque a vida vale mais do que qualquer outro bem material.

Atualmente, a fome tornou-se sistémica. Thomas Piketty, famoso pelo seu estudo sobre o Capitalismo no século XXI, mostrou como ela está presente e escondida nos USA: são cinquenta milhões de pobres. Nos últimos trinta anos, afirma Piketty, a renda dos mais pobres permaneceu inalterada, enquanto a faixa de 1% dos mais ricos cresceu 300%. E conclui: “Se nada se fizer para superar esta desigualdade, ela poderá provocar a desintegração de toda a sociedade. Aumentará a criminalidade e a insegurança. As pessoas viverão com mais medo do que esperança”.

No Brasil levou-se a cabo a abolição da escravatura, mas quando se fará a abolição da fome?

Leonardo Boff é teólogo, filósofo.

<http://www.brasil247.com/pt/colonistas/leonardoboff/295316/Declara%C3%A7%C3%A3o-da-ilegalidade-da-pobreza-ante-a-ONU.htm>

para acudir à «maior crise humanitária desde a Segunda Guerra Mundial»

Mil e uma sugestões ao engenheiro Guterres

A verdade é que 4100 milhões de euros não passam de migalhas quando comparados com a enormidade dos gastos em guerras, por exemplo – 0,6% das despesas norte-americanas na guerra do Iraque e 1% se a invasão comparada for a do Afeganistão.



Stephen O'Brien, secretário-geral adjunto da ONU, alertou o mundo através de uma dramática mensagem sobre a iminência da «maior crise humanitária desde a Segunda Guerra Mundial» se não forem tomadas medidas urgentes até Julho, e ao mais alto nível.

O alarme do colaborador directo do Eng. António Guterres justifica-se; talvez peque por ser demasiado sintético na região de crise delimitada, muito centrada na região do Corno de África; mas compreende-se se entendermos a situação como a urgência das urgências, devido à confluência letal de factores aterradores como a guerra, a degeneração climática, a acelerada degradação social e a aberrante incapacidade diplomática – a começar pela da própria ONU.

Stephen O'Brien localizou o epicentro da crise numa região que abrange o Iémen, a Somália e o recém-inventado Sudão do Sul; e calculou as urgentes necessidades de socorro humanitário em mais ou menos 4100 milhões de euros a reunir antes de Julho. Até ao momento a ONU terá conseguido juntar, para o efeito, a soma ridícula de 90 milhões de euros, 2,2% do dinheiro indispensável.

No mundo onde reinam a confusão dos números, as traições das estatísticas e a perda da noção da relatividade entre as verbas que são citadas aos quatro ventos, por tudo e por nada, é natural que o valor de 4100 milhões de euros, assim lançado sem padrão comparativo, pareça qualquer coisa de homérico, sobretudo tendo em conta o curto prazo de quatro meses exposto pelo secretário-geral adjunto.

Para entrarmos então em contacto com uma realidade mais palpável, bastará dizer que a verba considerada necessária para obviar «à maior catástrofe humanitária desde a Segunda Guerra Mundial» é menos de metade dos 10 mil milhões de euros que a boa vontade de Núncio e Maria Luísa, na sua missão de facilitadores, deixou partir de Portugal em demanda das temperanças dos offshore.

A verdade é que 4100 milhões de euros não passam de migalhas quando comparados com a enormidade dos gastos em guerras, por exemplo – 0,6% das despesas norte-americanas na guerra do Iraque e 1% se a invasão comparada for a do Afeganistão. E por falta dessas migalhas, milhões de seres humanos estão condenados à morte, ao êxodo das suas casas e terras, à fome, a epidemias que seriam elementarmente evitáveis; e expostos simultaneamente ao banditismo de grupos tão celerados como o Al-Shabab da Somália e de regimes tão civilizados como são os da Arábia Saudita e de Israel, irmanados na sangria desatada imposta no Iémen, sob os olhos tutelares dos conselheiros do Pentágono.

Sendo quatro mil milhões de euros uns trocos – não esqueçamos que a ONU dispõe de quase 100 milhões – poderia o Eng. Guterres traçar um plano de contactos com os principais dirigentes mundiais, munido de um caderninho com algumas convincentes operações aritméticas básicas – mesmo sabendo nós, por experiência nacional, que os números não são o seu forte – e não tardaria a juntar a soma desejada.

Poderia o Eng. Guterres começar por reunir os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança num gabinetezinho do Palácio de Vidro e pedir 800 milhões de euros a cada um deles. Oitocentos milhões, tanto dinheiro! Ou seja, 0,13% do orçamento de guerra dos Estados Unidos; ou 0,4 por cento das despesas militares programadas pela China; ou 1,2% das russas; 1,5% das britânicas; 1,6% das francesas.

Se houvesse regateio, lamúria dos interlocutores queixando-se da teimosia da crise, o Eng. Guterres poderia alargar a consulta chamando o G8 ou mesmo o G10 e pedindo esforço idêntico ao Japão e à Alemanha (2% cada), à Itália e à Austrália (menos de 4% cada). Nesta altura o secretário-geral estaria já a solicitar bastante menos que 800 milhões a cada, pelo que tão terríveis percentagens seriam ainda encurtadas mais ou menos para metade.

«Aos gigantes norte-americanos presentes no Top 10 do negócio da morte bastaria abdicar de 2% dos lucros e era uma vez a «catástrofe humanitária.»

Se os contactados pelo Eng. Guterres continuarem, ainda assim, a lamentar-se do tremendo esforço financeiro solicitado, poderá o piedoso secretário-geral da ONU apelar para a generosidade que está na essência das maiores empresas fabricantes e exportadoras de armas.

Aos gigantes norte-americanos presentes no Top 10 do negócio da morte bastaria abdicar de 2% dos lucros e era uma vez a «catástrofe humanitária». Se o Eng. Guterres recorresse às empresas europeias presentes no mesmo Top 10, bastar-lhes-ia abdicar de 4% dos lucros. Imaginem quanto isto custaria a cada uma se a verba fosse repartida por todas as entidades enumeradas até aqui.

O incansável secretário-geral poderia, enfim, visitar o seu homólogo da NATO, o compungido e sempre humanitário Sr. Stoltenberg, por certo mais alarmado com a situação do que o próprio O'Brien, tendo em conta o muito que a sua organização tem contribuído para o drama. Nesse caso, bastaria à aliança guerreira abdicar mais ou menos de 0,4% do seu orçamento anual e todo o mal de que sofre o Corno de África seria reparado.

Se o Sr. Stoltenberg quisesse, ainda assim, repartir os encargos pela prole dos países membros basta recordar que 20 meses da quotização portuguesa para a organização equivaleriam aos 4 mil milhões de euros; o mesmo aconteceria com um ano da contribuição belga, meio ano da contribuição holandesa, menos de um ano de prestação da tão espremida Grécia, menos de meio ano da participação polaca, um mês e meio da parte francesa, tal como da alemã, mais coisa menos coisa.



Se, por um milagre daqueles que tanto espantam a Sr.^a D.^a Teodora Cardoso, o Eng. Guterres regressasse a Nova Iorque com um sim de todas as entidades e personalidades contactadas, e pedisse aos seus directos colaboradores para fazerem as contas finais, chegaria à conclusão que uns milhares de euros a cada qual evitariam a catástrofe humanitária que está iminente. E se, no limite miraculoso, os

esforços gerassem vários múltiplos de quatro mil milhões, sem que isso representasse risco de falência para ninguém, por certo passaríamos a viver num mundo bem diferente do actual.

Como sempre acontece a propósito destas aritméticas tão óbvias, muitos dirão que tal exercício não passa de demagogia barata, um resultado da tal divergência eterna e insanável entre o traseiro e as calças.

Pois é, afinal deve ser esse o problema. Porque a «catástrofe humanitária» anunciada mais não é do que um dano colateral na continuada gesta para que o regime global e o avanço da civilização se cumpram.

José Goulão. Jornalista.

http://www.abrilbrasil.pt/sites/default/files/styles/jumbo1200x630/public/assets/img/guterres_salvatore_di_nofli_res.jpg?itok=wKXLAN9g (16/05/2017)

a fome como desafio ético e espiritual

Nada mais humanitário, social, político, ético e espiritual que saciar a fome dos pobres da Terra.

Um místico medieval da escola holandesa, John Ruysbroeck, (1293-1381) disse muito acertadamente: **“Se estiveres em êxtase diante de Deus e um faminto bater à tua porta, deixa o Deus do êxtase e vai atender o faminto. O Deus que deixas no êxtase, é menos seguro do que o Deus que encontras no faminto”**.

O próprio Jesus se encheu de compaixão e saciou com pão e peixe centenas de famintos que o seguiam. No núcleo central da sua mensagem encontramos o Pai Nosso e o Pão Nosso, na famosa oração do Senhor. Só são herdeiros de Jesus os que mantêm sempre unidos o Pai Nosso e o Pão Nosso. Só esses poderão dizer: Amém.



Os níveis de pobreza mundial são estarrecedores. Segundo a **Oxfam** que, **anualmente, mede os níveis de desigualdade no mundo, em janeiro de 2017 oito pessoas, apenas, possuíam uma renda igual à de 3,6 mil milhões de pessoas, ou seja, cerca da metade da humanidade.**

Tal facto significa algo mais do que a fria palavra “desigualdade”. Ético-politicamente traduz uma atroz injustiça social e, para quem se move no âmbito da fé judaico-cristã, esta injustiça social representa um pecado social e estrutural que afeta Deus e seus filhos e filhas.

A pobreza é sistémica, pois é fruto de um tipo de sociedade que tem por objetivo acumular cada vez mais bens materiais, sem qualquer consideração humanitária (justiça social) e ambiental (justiça ecológica). Pressupõe a existência de pessoas cruéis, cínicas e sem qualquer sentido de solidariedade, e portanto, inseridas num contexto de elevada desumanização e, até, de barbárie. Causa-nos profunda tristeza o facto de termos de viver dentro de um sistema, que só sobrevive com a condição de o dinheiro produzir mais dinheiro, não com a finalidade de termos mais vida, mas apenas para se obter mais riqueza.

No Brasil, apesar de tudo o que já foi feito, tirando o país do mapa da fome, existem ainda vinte milhões de pessoas a viver em extrema pobreza. Com o seu programa “Brasil carinhoso”, a presidente legítima Dilma Rousseff propunha-se retirar esta multidão desta situação desumana.

São múltiplas as interpretações que se dão à pobreza. Para mim é esclarecedora a posição do prémio Nobel de Economia, o indiano Amartya Sen, que criou a economia solidária. Para ele a pobreza, inicialmente, não se mede pelo nível da entrada de valores, nem pela participação dos bens e serviços naturais. O economista define a pobreza no contexto do desenvolvimento

humano, que consiste na ampliação das liberdades substantivas, como ele as chama, isto é, a possibilidade e a capacidade de produzir e realizar o potencial humano produtivo da sua própria vida. Ser pobre é ver-se privado da capacidade de produzir a cabaz básico de bens, ou de a ele ter acesso. Desta forma, a pessoa sente negados os direitos de viver com um mínimo de dignidade, e com aquela liberdade básica de poder projetar o seu próprio caminho de vida.

Este desenvolvimento possui um eminente grau de humanismo e uma decidida natureza ética. Daí o título da principal obra deste economista: “Desenvolvimento como liberdade”. A liberdade, aqui, é entendida como liberdade “para” ter acesso ao alimento, à saúde, à educação, a um ambiente ecologicamente saudável e à participação na vida social e a espaços de convivência e de lazer.

A Teologia da Libertação e a Igreja que lhe subjaz, nasceu a partir de um aturado estudo sobre a pobreza. A pobreza é entendida como opressão. O seu oposto não é a riqueza, mas a justiça social e a libertação.

Distinguimos três tipos de pobreza. A primeira é a dos que não têm acesso ao cabaz básico e aos serviços mínimos de saúde. A estratégia tradicional era fazer com que os que têm, ajudassem os que não têm. Daí nasceu uma vasta rede de assistencialismo e paternalismo. Ajudamos, pontualmente, os pobres, mas continuamos a mantê-los na dependência dos outros.

A segunda leitura do pobre afirmava que este tem, possui inteligência e capacidade de profissionalizar-se. Deste modo, é inserido no mercado de trabalho e arranja a sua vida. Esta estratégia, politicamente, não se dá conta do caráter conflituoso da relação social, mantendo quem sai da pobreza dentro do sistema que continua a produzir pobres. E assim, reforça-o inconscientemente.

A Terceira interpretação parte do que o pobre tem, e de que este, quando consciente dos mecanismos que o fazem pobre (são empobrecidos e oprimidos), se organiza, projeta um novo sonho de sociedade mais justa e igualitária, se transforma numa força histórica, capaz de, juntamente com os outros, dar um novo rumo à sociedade. Desta perspetiva nasceram os principais movimentos sociais, sindicais e outros grupos conscientes da sociedade e das igrejas. É destes que se podem esperar transformações sociais.

Por fim, numa percepção da fé bíblica, o pobre será sempre a imagem desfigurada de Deus, a presença do pobre de Nazaré, o crucificado que deve ser baixado da cruz. E por fim, no entardecer da história universal, os pobres serão os juízes de todos, porque, famintos, nus e aprisionados, não foram reconhecidos como a presença anónima do próprio Juiz Supremo, face ao qual, um dia, todos compareceremos.

Leonardo Boff. Teólogo e Filósofo

<https://leonardoboff.wordpress.com/2017/05/14/a-fome-como-desafio-etico-e-espiritual/>